



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Unidade de Administração de Carreiras e Empregos Públicos

Coordenação de Carreiras e Empregos Públicos

**AUDITORIA DE ATIVIDADES URBANAS DO DISTRITO FEDERAL**

**TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL**

Lei nº 7.634/2024

**Vigência: Outubro/2025**

| CARGO   | CLASSE   | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO |
|---|----------|--------|-------------------|
| AUDITOR DE ATIVIDADES URBANAS, AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS | ESPECIAL | IV     | 21.403,98         |
|   |          | III    | 18.520,27         |
|   |          | II     | 16.025,06         |
|   |          | I      | 15.334,39         |
|   | PRIMEIRA | IV     | 14.960,23         |
|   |          | III    | 14.595,19         |
|   |          | II     | 14.239,07         |
|   |          | I      | 13.891,63         |
|   | SEGUNDA  | IV     | 12.968,57         |
|   |          | III    | 12.652,12         |
|   |          | II     | 12.343,42         |
|   |          | I      | 12.042,24         |

**LEGENDA:**

Carreira criada pela Lei nº 039/1989 e reestruturada pela Lei nº 2.706/200, Lei nº 5.226/2013, Lei nº 7.110/2022, 7.253/2024. Lei nº 7.634/2024.

**GDP - Gratificação de Desempenho**, criada pela Lei nº 785/1994, de 7 de novembro de 1994, fica extinta a partir de 1º de janeiro de 2014 (art. 10 da Lei nº 5.226/2013).

Art. 13. Os servidores da carreira de que trata esta Lei, a partir de 1º de janeiro de 2014, deixam de perceber a Parcela Individual Fixa instituída pelo art. 2º da Lei nº 3.172, de 11 de julho de 2003.

**GTIT - Gratificação de Titulação**, instituída pelo art. 37, da Lei nº 3.824/2006, e alterada pelo art. 24 da Lei nº 4.426/2009, é devida aos servidores estatutários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, quando portadores de títulos, diplomas ou certificados adicionais obtidos mediante conclusão de cursos de ensino médio, graduação, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A Gratificação de Titulação - GTIT terá como base de cálculo o valor de referência de R\$2.800,00 e será devida conforme disposto abaixo:

I - 30%, pela apresentação de título de Doutor;

II - 20%, pela apresentação de título de Mestre;

III - 15%, pela apresentação de diploma de curso de pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas;

IV - 10%, pela apresentação de diploma de curso superior, para os ocupantes de cargos de nível médio e fundamental, ou de segunda graduação, no caso de ocupante de cargo de nível superior;

V - 7%, pela apresentação de certificado de conclusão de ensino médio ou habilitação legal equivalente, para os ocupantes de cargos de nível fundamental.

Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente o valor de mais de um título entre os previstos nos incisos I a V supracitados.

A Gratificação de Titulação não será concedida quando o título ou certificado constituir requisito para ingresso no cargo ocupado pelo servidor.

**Lei nº 7.110/2022** - Art. 3º O cargo de Inspetor Fiscal da antiga carreira Fiscalização e Inspeção de Atividades Urbanas do Distrito Federal passa a se denominar Inspetor Fiscal da carreira Auditoria de Atividades Urbanas – **Especialidade Resíduos Sólidos**

**Lei nº 7.634/2024** - Art. 1º A carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal fica reestruturada na forma desta Lei.

Art. 2º A Tabela de Escalonamento Vertical da carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal fica reestruturada na forma estabelecida no Anexo I desta Lei, a partir de 1º de abril de 2025, sem prejuízo do interstício da promoção ou progressão funcional.

Art. 3º Os valores dos vencimentos básicos da carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal ficam estabelecidos na forma do Anexo II, observadas as respectivas datas de vigência

Parágrafo único. Os reajustes previstos na Lei nº 7.253, de 2 de maio de 2023, encontram-se aplicados na tabela constante no Anexo II de que trata o caput.

Art. 4º **A Gratificação de Incentivo à Fiscalização de Atividades Urbanas - GIUrb**, instituída pela Lei nº 2.706, 27 de abril de 2001, fica extinta a partir de 1º de abril de 2025.

Art. 5º O cargo de Auditor Fiscal de Resíduos da carreira Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 7.217, de 2 de janeiro de 2023, passa a ser denominado Auditor Fiscal de Atividades Urbanas da Área de Especialização de Resíduos Sólidos da referida carreira, ficando mantidas as atuais áreas de atuação e atribuições correspondentes.